



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Terça-feira, 02 de setembro de 2025

Ano XII | Edição nº 2679

Página 7 de 18

III - apresentar relatórios periódicos à Secretaria Municipal de Assistência Social sobre os serviços realizados.

Art. 7º Fica instituído o Fundo Municipal de Sepultamento Social, destinado a financiar as ações previstas nesta lei, composto por:

- I - Recursos oriundos do orçamento municipal;
- II - Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- III - Outras receitas que lhe forem destinadas.

Art. 8º O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades públicas e privadas para a execução e financiamento do Programa de Sepultamento Social.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 12º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º Ficam revogadas as disposições em contrário.
S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**SARGENTO NERI
VEREADOR - PL**

JUSTIFICATIVA

Senhores(as) Vereadores(as);

Apresentamos à elevada deliberação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei, que tem por finalidade estabelecer medidas de proteção integral às crianças e adolescentes do Município de Garça contra práticas de adultização precoce e sexualização infantil, fenômenos que comprometem o pleno desenvolvimento físico, psíquico, moral e social dessa parcela da população.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em consonância com o texto constitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reafirma a necessidade de proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em peculiar condição de desenvolvimento.

A adultização precoce, entendida como a antecipação indevida de etapas da vida adulta, e a sexualização infantil, caracterizada pela exposição de crianças e adolescentes a conteúdos e práticas de conotação sexual, são realidades crescentes no cotidiano social, especialmente diante da influência midiática e da cultura digital.

Estudos apontam que tais práticas contribuem para o aumento de distúrbios emocionais, da evasão escolar, da exploração sexual infantil e da banalização da infância.

Diante desse cenário, é dever do Poder Público Municipal adotar medidas concretas para assegurar ambientes de convivência seguros, saudáveis e respeitosos, livres de conteúdos que atentem contra a dignidade infantojuvenil.

O presente Projeto de Lei, ao vedar a participação de crianças e adolescentes em eventos de cunho erótico, a publicidade que estimule sua adultização e ao instituir programas de conscientização, busca não apenas coibir práticas nocivas, mas também fomentar uma cultura de valorização da infância e do respeito às fases de desenvolvimento.

Além disso, a previsão de penalidades progressivas para aqueles que descumprirem a norma garante efetividade à sua aplicação, destinando os recursos arrecadados para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fortalecendo, assim, a rede de proteção já existente.

Portanto, este Projeto de Lei não apenas cumpre um mandamento constitucional e estatutário, mas também atende ao clamor social pela proteção das nossas crianças e adolescentes, resguardando sua inocência, liberdade e dignidade, fundamentos imprescindíveis para a formação de cidadãos plenos, conscientes e responsáveis.

Diante da relevância da matéria, solicitamos especial atenção dos nobres Vereadores para aprovação do Projeto de Lei ora apresentado.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**RAQUEL SARTORI
Vereadora - PL
MARCELO MIRANDA
Vereador - MDB**

PROJETO DE LEI Nº 67/2025

(de autoria da Vereadora Raquel Sartori e Marcelo Miranda)

**DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES CONTRA A
ADULTIZAÇÃO PRECOCE E
SEXUALIZAÇÃO INFANTIL NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE
GARÇA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de proteção à dignidade e integridade física, psíquica e moral de crianças e adolescentes contra a adultização precoce e sexualização infantil no âmbito do Município de Garça.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Terça-feira, 02 de setembro de 2025

Ano XII | Edição nº 2679

Página 8 de 18

I – adultização precoce: processo pelo qual crianças e adolescentes são expostos a comportamentos, vestimentas, linguagens, responsabilidades e situações incompatíveis com sua fase de desenvolvimento, antecipando etapas da vida adulta;

II – sexualização infantil: exposição prematura de crianças e adolescentes a conteúdos, comportamentos ou situações de natureza sexual, erótica ou sensual, incompatíveis com sua fase de desenvolvimento.

Art. 3º Fica proibida a realização de eventos, espetáculos, apresentações ou atividades que contenham músicas, danças ou performances com conteúdo erótico e/ou sensual destinados ao público infantojuvenil ou com sua participação.

§ 1º Entende-se por conteúdo erótico ou sensual aquele que contenha termos pejorativos relacionados à sexualidade, ao ato sexual, ou que utilize movimentos, gestos ou coreografias com conotação sexual, simulando ou fazendo alusão à relação sexual, obscenidade ou à prática de atos libidinosos.

§ 2º A proibição de que trata o caput deste artigo aplica-se a todos os estabelecimentos públicos e privados, incluindo escolas, centros culturais, clubes, associações e demais espaços de convivência infantojuvenil.

Art. 4º Fica proibida a veiculação de qualquer tipo de publicidade que faça alusão à adultização precoce ou sexualização infantil, nos seguintes locais e meios:

- I – arenas esportivas;
- II – transporte coletivo;
- III – outdoors ou telões digitais de visibilidade pública;
- IV – escolas ou centros de educação;
- V – pontos de ônibus;
- VI – relógios digitais de rua;
- VII – uniformes de equipes esportivas que participem de campeonatos organizados ou custeados pelo Poder Público;
- VIII – qualquer evento organizado ou custeado pelo Município.

Art. 5º O Poder Público desenvolverá atividades e ações de conscientização sobre:

- I – uso seguro e responsável da internet e redes sociais por crianças e adolescentes;
- II – prevenção contra a adultização precoce e sexualização infantil;
- III – valorização da infância e das etapas de desenvolvimento infantojuvenil.

Art. 6º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras sanções civis, penais e administrativas cabíveis:

- I – advertência por escrito;
- II – multa no valor de 500 (quinhentas) UFGs, dobrada na reincidência;
- III – suspensão temporária de alvará de funcionamento, quando aplicável;
- IV – cassação do alvará de funcionamento, quando aplicável.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.
S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

RAQUEL SARTORI

Vereadora – PL

MARCELO MIRANDA

Vereador – MDB

JUSTIFICATIVA

Senhores(as) Vereadores(as);

Apresentamos à deliberação desta E. Casa de Leis a presente proposição, que tem por objetivo ampliar a transparência e a eficiência na gestão da saúde pública municipal, por meio da disponibilização, em tempo real, das informações sobre o estoque de medicamentos existentes na rede municipal de saúde, utilizando-se aplicativo de mensagem amplamente acessível à população.

É de conhecimento público que a falta de informações claras e atualizadas sobre a disponibilidade de medicamentos nas unidades de saúde gera transtornos significativos aos cidadãos, em especial àqueles que dependem integralmente do Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento contínuo de enfermidades.

A utilização de aplicativos de mensagens, recurso de comunicação já incorporado ao cotidiano da população, garante o acesso rápido e simples às informações, democratizando o direito à saúde e ampliando a eficiência do serviço público.

A medida, além de reduzir custos indiretos e otimizar o tempo dos usuários, contribui para maior controle social sobre a gestão do estoque de medicamentos, fortalecendo os princípios da transparência administrativa e da publicidade dos atos públicos, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

O projeto também favorece a própria Administração Pública, uma vez que possibilita a organização e integração dos sistemas de informação, auxiliando na gestão do abastecimento e na redução de desperdícios decorrentes de falhas de planejamento ou de desconhecimento da real demanda dos usuários.

Importante destacar que a proposta não implica criação de estrutura nova ou gastos excessivos, pois se vale de tecnologias já existentes e de fácil operacionalização. O investimento necessário é mínimo frente ao impacto positivo gerado, tanto para os cidadãos, quanto para a Administração.

Dessa forma, a iniciativa encontra amparo no dever do Poder Público de garantir a efetividade do direito à saúde, previsto no art. 196 da Constituição Federal, além de estar em consonância com os princípios da eficiência, transparência e economicidade da gestão pública.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, que representa um avanço no atendimento às necessidades da